

Guilherme Ranoya

## Propriedade Intelectual e Recepção

---

---

### Resumo

As invenções, criações e autorias no campo da comunicação sempre estiveram relacionadas às atividades produtivas das empresas informativas e dos meios de comunicação. As Propriedades Intelectuais são seus bens preciosos, e como todo bem precioso, deveriam estar restritas aos grupos que os controlam e controlam com eles toda uma sociedade. O presente artigo tenta revirar esta abordagem tradicional, pondo em exame as vinculações entre Receptores de insumos de comunicação e a constituição de Propriedades Intelectuais, questionando a partir deste pequeno dispositivo, se existiria efetivamente uma fronteira que os separa e delega papéis distintos aos atores sociais.

### Artigo

A Propriedade Intelectual tem se tomado uma questão problemática nas instituições e empresas em geral. Marcas, registros, patentes, e principalmente, idéias inovadoras, sejam elas para novas estratégias administrativas ou para criação de insumos, produtos ou serviços, são alvo de verdadeiras guerras travadas entre indivíduos e organizações. Pode-se dizer que este assunto já é antigo, pois os primeiros conflitos datam do século XVIII, quando os inventores se sentiam ameaçados pelos poderes da época que podiam roubar-lhes suas invenções. Há, no entanto, uma grande diferença entre estas duas instâncias.

É necessário de antemão, fazer uma distinção quanto a tais disputas. Os inventores desde o século XVIII, até

meados da década de 50, no século passado, requeriam direitos sobre suas criações, e do uso que se fazia delas. Eram criadas as primeiras regras e organizações para regular o Direito Autoral. Ao registrar sua criação, o inventor podia dedicar-se a ela resguardado pela lei, podendo se dedicar ao seu ofício sem o temor de tê-la roubada ou duplicado sem sua autorização. Logo, as questões do Direito Autoral dizem respeito aos direitos e deveres de um autor, enquanto reconhecido como tal.

Porém, a crise recente é ainda mais profunda. Ela diz respeito justamente à dificuldade que enfrentamos em localizar um autor único e autônomo das criações e idéias inovadoras. Ela diz respeito diretamente à Propriedade Intelectual, e não mais aos direitos de quem legalmente a possui.

A princípio, se olharmos esta questão sob o prisma das empresas produtoras de informação, que no caso do Brasil, se confundem praticamente com os próprios Meios de Comunicação, veremos que ela é ainda mais crítica: ao se tratar de insumos integralmente imateriais, a informação, as mensagens, as narrativas e as idéias veiculadas são praticamente Propriedades Intelectuais puras.

Ao nos atermos à mecânica da comunicação, fundamentada na lógica que separa Emissor de Receptor e Meio de Mensagem, poderíamos configurar o problema em questão em algo restrito ao expediente do emissor; um arranjo interno que precisa ser resolvido dentro dos grupos que produzem conteúdo, inventam concei-

**Guilherme Ranoya** é pós-graduado em Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas pela ECA - USP, e coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Internet Business & Web Design do Centro Superior de Tecnologia das Américas.

tos de comunicação e os formatam para o público, junto a seus funcionários e colaboradores. O processo de comunicação, no entanto, não se restringe a esta estrutura mecânica de formatação-distribuição de mensagens; há também como o receptor atribui sentido a estas inovações, como ele se liga e se apropria delas, e principalmente ao se tratar de Propriedade Intelectual, como ele, receptor, interfere, contribui e participa da forma com que é produzida, mesmo que não faça parte do sistema de produção da empresa informativa.

Muitos atribuem esta nova importância direcionada ao receptor, ao fato de haver atualmente uma diversidade muito grande de veículos competindo entre si por audiência, uma explicação calcada na sustentação econômica dos Meios de Comunicação, onde a relação de importância dada ao receptor se funda em sua possibilidade de escolha entre os diversos veículos. Esta explicação permanece sobre a lógica de uma mecânica da comunicação que, na verdade, o exclui de qualquer participação na construção de sentidos dos insumos imateriais que transitam na sociedade empacotados como “informação”. Por este ângulo, os sentidos e significados, os bens imateriais, os signos e discursos que circulam, que por fim são compartilhados formando uma cultura, permanecem construídos integralmente pelos Emissores da comunicação. Porém, é obvio que nenhuma cultura se constrói desta maneira, artificial, e tal mecânica não representa exatamente a forma com que o processo de comunicação acontece. A comunicação não produz a cultura: ela interfere e conduz efeitos sobre ela, mas sempre, dentro das possibilidades e limites que a própria cultura fornece. Até mesmo seus pontos de ruptura - a possibilidade de práticas não-discursivas serem incorporadas - são delimitados dentro da cultura mesma, entre aqueles discursos valorizados e outros enfraquecidos, dentre tantos que circulam. Quando pensamos em um programa de TV, seus conceitos, suas idéias e as

mensagens que veicula, só são possíveis dentro de um contexto cultural no qual se apoiam, feitos entre discursos dos quais se apropriam, interpelam e devolvem para a audiência. De qualquer maneira, a produção deste conteúdo não é autônoma, seu autor não o produz sozinho, ou somente com a colaboração dos demais parceiros de trabalho. Algo do coletivo - das construções feitas pelos diversos receptores - está presente, logo, fica aqui caracterizado o problema da Propriedade Intelectual na comunicação: como podemos atribuir autoria a estes insumos imateriais? A quem eles pertencem?

Esta talvez seja uma pergunta justa, mas que esconde por detrás uma outra questão ainda mais instigante: por que se deseja atribuir autoria a um insumo imaterial que circula e só ganha sentido e valor quando é parte das trocas sociais? O que está em jogo?

Para o inventor do século XVIII o que estava em jogo era sua sobrevivência, explorar economicamente sua criação e garantir seu próprio sustento. Já neste novo contexto, o papel da Propriedade Intelectual vai além: é mediadora de relações de poder. A condição de autor garante a possibilidade de se explorar economicamente um insumo imaterial. O funcionário de uma empresa informativa que detém uma Propriedade Intelectual se distingue dos demais na relação de poder que estabelece entre ele e a empresa. Possui poder de barganha e negociação, quando a empresa em questão deseja fazer uso de sua Propriedade Intelectual. Portanto, sendo o autor legítimo ou tendo uma criação como resultado da participação indistinta das trocas sociais e da construção de significados compartilhados por outros, os indivíduos ou empresas desejam a posse da Propriedade Intelectual para através dela tecerem relações junto a outros indivíduos, grupos, organizações (empresas, partidos, igreja, instituições), ou mesmo em relação ao Estado.

Tratar os insumos imateriais em questão como um produto social, dos quais os indivíduos enjaulados nas



redações e ambientes de produção dos Meios de Comunicação não teriam direitos de uso nem posse legítimos, pode parecer à primeira vista, uma concepção perturbada. Primeiramente, não estamos aqui avaliando as questões do que é legal: a estas cabem apenas as investigações na área da jurisprudência. Nossa avaliação é sobre a condição de autoria em seu âmago. Tão pouco tentamos privilegiar uma condição coletivista do uso e posse indistintos dos bens imateriais como vem sendo defendido por grupos como o Creative Commons, Free Software, entre outros que apoiam abertamente as licenças GNU (General Public License), especialmente na área de informática.

Para compreender o papel adquirido pela Propriedade Intelectual, qual é seu lugar entre um hedonismo e um totalitarismo, e por que esta crise está se deflagrando somente agora, é necessário reconstituir algumas noções importantes que podem ser profundamente exploradas através do campo da comunicação, haja visto que tratam diretamente de insumos imateriais.

De acordo com a teoria hipodérmica da comunicação tanto quanto ao materialismo histórico, todos os homens seriam iguais em seu âmago: mecanismo que possibilitaria atingir a todos (massa) com uma mesma mensagem, já que seriam produtos de um molde único. "Dizer que as pessoas são massa decorre não da incapacidade de conhecê-las, mas do fato de interpretá-las segundo uma fórmula."<sup>1</sup> Quando mensagens se destinam a obter efeitos específicos dos receptores, servem a um objetivo político como instrumentos no processo de dominação e nas relações de poder, úteis ao controle das populações. Enquadrados desta maneira, e controlados pela comunicação, os indivíduos estavam descartados de qualquer relação possível. Elas partiam e se possibilitavam unicamente através dos Emissores da comunicação, representantes legítimos dos grupos dominadores, tornando-se a. participação dos Receptores tanto no processo de comunicação quanto no processo político, ignorada - eram

apenas gado pastando pelo campo, que precisava ser restringido aos limites da fazenda. Esta concepção prevaleceu até fins do século XX, e dentro dela, pouco poderia o receptor contribuir especificamente para a compreensão do processo de comunicação.

Não deveríamos descartar tais teorias como concepções ultrapassadas. Elas permanecem válidas para um tipo específico de sociedade: as sociedades industriais. A modernidade que lhes deu luz, estava profundamente atada à idéia de um homem universal e a um modo de vida estável, previsível e projetado para as conquistas futuras, orientado pela razão. O trabalho mecânico, com sua cadência e seu ritmo estável, permitiu que a sociedade se organizasse de forma bastante rígida: os valores morais e as instituições que lhes davam sustentação ganharam força, enquanto condutas foram se codificando como norma; as cidades foram setorizadas e foram definidos os espaços delimitados para o residir, para o trabalhar e para o lazer; o homem foi confundido com uma máquina, ou antes uma engrenagem parte de uma grande máquina; o tempo passou a ser medido, a produção passou a ser cronometrada, e a racionalidade cartesiana passou a reger a vida de forma aplicada. Tudo foi normatizado e disciplinado para atender as exigências de uma convivência social plena, pacífica e medíocre. No coração de tudo isso, estava este homem igual a todos os seus semelhantes, com seus direitos iguais, com seus deveres iguais, e com seu valor e singularidade aplainados. O signo sob o qual se fundou todo o projeto da modernidade - a razão - quando posta em função do controle, transformou paradoxalmente todos aqueles que aguardavam por sua promessa de emancipação e liberdade, em mera massa descartável com suas subjetividades talhadas pelos instrumentos disciplinares, além de sua contingência, regularidades, natalidade, expectativa de vida, dentre diversas características próprias da vida, medidas por conta de uma biopolítica para seu melhor aproveitamento na so-

**(01) Williams, Raymond; Cultura e sociedade. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1969. Pg. 307.**

cidade. Foucault os chama de corpos dóceis e úteis<sup>2</sup>, já que além de se encontrarem domesticados, eram também produtivos.

Para Rouanet, “o universalismo tinha a ver com a extensão e a abrangência do projeto civilizatório. Ele partia de postulados universalistas sobre a natureza humana - ela era idêntica em toda parte e em todos os tempos; dirigia-se a todos os homens, independentemente de raça, cor, religião, sexo, nação ou classe; e combatia todos os preconceitos geradores de guerra e de violência, todos os obstáculos à plena integração de todos os homens, como o racismo e o nacionalismo. Emancipar equivalia a universalizar, a dissolver os particularismos locais, removendo assim as causas dos conflitos entre os homens. É contra essa construção que se dirige a cruzada anti ou pós-moderna, não somente no plano das idéias como no das atitudes e práticas sociais. O Iluminismo institucionalizado é vivido como repressivo. O que não deixa de ser paradoxal. Afinal, o objetivo ostensivo do projeto iluminista era emancipatório.”<sup>3</sup>.

Esta sociedade disciplinar, formada por uma massa dócil e útil, cuja subjetividade era talhada e preparada para a sujeição - uma sociedade de iguais, onde o que prevalece é antes o instinto de rebanho - estruturada sobre um sistema de produção e consumo estáveis garantia que a hierarquização e o estruturalismo presente nas teorias fundadoras fizessem bastante sentido. O homem da massa, em seu sentido pejorativo, não passava de um ser talhado para servir como engrenagem à grande máquina produtiva. Era de fato descartável, assim como todos os seus semelhantes: o resultado perverso e imprevisto do Iluminismo. O feixe concentrado da comunicação e das relações de poder, ambos de mão única no sentido descendente, obtinha pleno respaldo na organização estática, dócil e útil, própria deste tipo de formação social. De fato, eles se organizaram justamente em função da concepção que se tinha sobre a forma e estrutura social; adotaram uma estratégia bem

definida para abordá-la de forma mais eficiente, é pô-la sob controle. Os “receptores”, neste contexto, eram apenas um corpo massificado que precisava ser doutrinado e adestrado para obedecer os comandos de um centro, fazendo funcionar a máquina produtiva.

Durante os regimes de soberania, os indivíduos sequer eram considerados em qualquer ocasião. Eram uma extensão do corpo do soberano, que arbitrava livremente sobre suas vidas. A modernidade não representou uma nova sensibilidade em relação ao homem, mas sim uma nova política em relação a ele. De fato, a modernidade apresentou um deslocamento dos interesses dominantes rumo ao indivíduo, e seu papel dentro do corpo social e sistemas de produção. E quanto aos reflexos nefastos do uso da razão (posta em função do controle social), mesmo que não tivessem sido intencionais, continuariam sendo facilmente previstos, já que “Em circunstâncias de paz, o homem guerreiro se lança contra si mesmo”<sup>4</sup>; então, ao finalizar seu projeto reformador, ao que mais se lançaria a fúria sem trégua da razão?

Para este homem esquadrinhado dentro de limites definidos através das instituições de confinamento, poderíamos facilmente instituir os Meios de Comunicação como aparelhos de dominação ideológica. Mais do que isso, seriam exatamente os fluxos de concentração onde se reproduziriam as questões da estrutura social<sup>5</sup>, já que o homem de que tratam tais concepções é um ser racional, mas incapaz de pensar fora do rebanho. Ele admite para si a vontade do rebanho, pois foi talhado exatamente como um animal de rebanho<sup>6</sup>. Devemos notar portanto que este homem deseja as instituições que pensem por ele, que ajam por ele, que sejam por ele. Ele deseja que as mensagens cheguem até ele prontas, e que seu sentido já esteja construído. Atribui a elas aquilo que deveria antes ser feito por si. E, francamente, o que de fato um ser descartável como este contribuiria ao estudo da comunicação? Definitivamente, a lógica do

(02) Foucault, Michel; *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

(03) Rouanet, Sérgio Paulo; *Mal estar na modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. Pg. 97.

(04) Nietzsche, Friedrich; *Além do bem e do mal - Prelúdio para uma filosofia do futuro*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. Pg. 69.

(05) Hall, Stuart; “Significação, representação, ideologia - Althusser e os debates pós-estruturalistas” in *Da diáspora*.

*Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

(06) Nietzsche, Friedrich; *Além do bem e do mal - Prelúdio para uma filosofia do futuro*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. Pg. 66.



emissor para este caso, parece de longe muito mais promissora. Os “receptores” não seriam nada além das extensões e reproduções do que acontece em um núcleo central.

Ao longo da década de 60 e 70, o mundo vivenciou mudanças que decretaram sentença a essa modernidade repressiva. Além de todas as críticas aos modelos sociais vigentes, além dos questionamentos às questões ambientais e as exigências do homem-consumidor, temos também a mudança no sistema de produção. A natureza do trabalho mudou, e passamos à uma sociedade pós-industrial. Hall sintetiza a questão dizendo que “esses processos de mudança, tomados em conjunto, representam um processo de transformação tão fundamental e abrangente que somos compelidos a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada.”<sup>7</sup> Mesmo a questão da produção deixou de ser algo determinante nas relações sociais com a desmaterialização do trabalho, e com a instabilidade resultante das novas modalidades disponíveis. A lógica da sociedade industrial com seus indivíduos autômatos moldados em série (como os próprios produtos que fabricavam) foi sendo abandonada: com isso deixamos de seguir uma escritura padrão de homem.

Esta lógica dos Meios de Comunicação como instrumentos de dominação deixa de operar quando entra em cena uma pluralidade de devires. Uma mesma mensagem não serviria mais para obter os mesmos efeitos uniformes em uma contingência de pessoas, já que os moldes que as talhavam deixaram de ser iguais, e as escrituras que seguiam se tomavam múltiplas: uma sociedade heterogênea. As mediações mais atuantes não se davam mais pelos Meios de Comunicação. A diversificação das formas de ser criaram uma barreira pulverizada que os instrumentos de dominação seriam incapazes de localizar. As formulas utilizadas para interpretar essa massa, deixaram de funcionar. Sem conseguir localizar à quem se destinavam as mensagens, os Meios de

Comunicação (como aparelhos de dominação) foram perdendo sua utilidade. Ao mesmo tempo, esta multiplicidade das formas de ser e seu impacto dentro das culturas, tomava cada vez mais insustentável a manutenção das fronteiras ideológicas nos indivíduos. Assim como os Meios de Comunicação, as demais organizações foram perdendo sua força como aparelhos ideológicos que forneciam aos indivíduos insumos e valores os quais eles deveriam incorporar integralmente ou rejeitar totalmente. A dialética foi cedendo lugar à dialógica. O preto e o branco, antes facilmente identificáveis, passaram a se mesclar e se confundir em um “degrade”. O estruturalismo e a “luta de classes” foram sendo colocados diante do desafio de manter uma ideologia própria de cada classe: os sentidos, os valores, o imaginário e os signos trafegavam agora livremente através da cultura, e contaminavam todos os devires indistintamente, de forma que se encontraria hoje, sem grandes dificuldades, indivíduos que (pensando estruturalmente) fariam parte de classes dominadas, ostentando discursos próprios às classes dominantes. Desta maneira, primeiro ruiu a mecânica da comunicação que distribuía mensagens e adquiria respostas condicionadas. Uma vez impossibilitada, pôde perceber que o processo de comunicação possuía também outras vias, e que não se restringia meramente a uma mecânica.

Com toda a transformação nas formas de se constituir a sociedade, e o reconhecimento da presença de múltiplas mediações, deflagra-se também uma crise sobre as identidades. Segundo Hall, “identidades modernas estão sendo ‘descentradas’, isto é, deslocadas ou fragmentadas”<sup>8</sup>. Esta questão não caracterizava um problema durante a modernidade, pois com a sociedade industrial (e seu modo de produção específico) o indivíduo seria, ou deveria ser, aquilo determinado por uma escritura padrão. A identidade, era sólida: dada a ele por seu nascimento ou de acordo com seu papel no sistema social.

A questão da identidade também

**(07) Hall, Stuart; A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 1999. Pg. 9.**

**(08) Hall, Stuart; A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 1999. Pg. 8**

exerce papel fundamental na problemática da Propriedade Intelectual, visto que ao reclamar a autoria e posse de um bem imaterial, um indivíduo está reclamando também um reconhecimento como autor, uma identificação, uma identidade. Se ela, Propriedade Intelectual, é um dispositivo útil para construção de relações de poder entre os indivíduos, o mesmo vale para a identidade, já que estão mutuamente implicadas. De acordo com Hall, o que está em jogo são suas conseqüências políticas: “Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida. Ela tomou-se politizada.”<sup>9</sup>.

O estruturalismo da modernidade com suas instituições isolou o indivíduo das relações de poder; ele foi tornado descartável nesta relação. Conseqüentemente durante este momento, o Receptor foi ignorado dentre os processos de comunicação. Os problemas da sociedade pós-industrial, dentre eles a questão da Propriedade Intelectual, representam uma nova política em relação ao indivíduo: é a degeneração da lógica do rebanho, e a sua inclusão nas relações de poder efetivas (não que isto não existisse na modernidade, mas como já comentado, era algo delegado ao rebanho para exercê-las em seu lugar). “O homem comum da modernidade realizou um esforço consciente para se alienar das relações de poder. Imbuído a acreditar que o que lhe talhava como sujeito de valor era seu papel dentro do sistema de produção, ele se excluiu de qualquer relação com o poder, e buscou ser um bom profissional. Sob este manto, se ocultava um poder representado em forma de escolhas ideológicas, mas efetivamente distante das práticas cotidianas. É exatamente a mesma postura adotada em relação à atividade intelectual dentro das organizações. O homem da modernidade delegava ao coletivo aquilo que lhe cabia enquanto indivíduo. Delegava às organizações a responsabilidade pelo pensar e decidir em seu lugar; delegava às organizações

a responsabilidade de exercer o poder em seu lugar. Este poder exercido pelas organizações se fazia através dele, de forma transversal ao corpo social. Porém, a isto só foi possível sustentar pelo momento em que os homens permaneceram (ou desejaram ser) iguais. Os devires minoritários subiram pelas mesmas capilaridades que o poder utilizou para se distribuir em nível indivíduo-indivíduo. E as relações de poder passaram a fazer parte das práticas cotidianas (de forma consciente ou não) no mesmo momento em que as identidades e singularidades abandonaram a escritura padrão.”<sup>10</sup>. Em uma sociedade de iguais, não há disputa nas relações de poder: elas são dadas e são definitivas. Em uma sociedade de iguais, o que se busca é a pacificação, e ao contrário, o poder incita à disputa e ao enfrentamento. Em uma sociedade de iguais o que se busca é a estagnação, e o poder provoca a erupção. Nietzsche já apunhalava este desejo de pacificação tão comum no homem moderno: “será, por via de regra, um homem bem fraco: sua aspiração mais profunda é que um dia tenha fim a guerra que ele é; a felicidade lhe parece, de acordo com uma medicina e maneira de pensar tranquilizante [...] sobretudo a felicidade do repouso, da não-perturbação, da saciedade, da unidade enfim alcançada.”<sup>11</sup>; “O que eles gostariam de perseguir com todas as forças é a universal felicidade do rebanho em pasto verde, com segurança, ausência de perigo, bem-estar e facilidade para todos; [...] Nós, os avessos, que abrimos os olhos e a consciência para a questão de onde e de que modo, até hoje a planta 'homem' cresceu mais vigorosamente às alturas, acreditamos que isso sempre ocorreu nas condições opostas, que para isso a periculosidade da sua situação tinha de crescer até o extremo, sua força de invenção [...] sua vontade de vida tinha de ser exacerbada até se tomar absoluta vontade de poder”<sup>12</sup>. É preciso reconhecer, como Nietzsche, que a vida é uma guerra.

Finalmente, sob este novo contexto, a questão da Propriedade Intelectual pode ser novamente colocada,

**(09) Hall, Stuart; A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 1999. Pg. 21.**

**(10) Ranoya, Guilherme; O indivíduo perante a organização: os laços da propriedade intelectual. Monografia Festcorp. São Paulo, ECA - USP, 2003. Pg. 51.**

**(11) Nietzsche, Friedrich; Além do bem e do mal - Prelúdio para uma filosofia do futuro. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. Pg. 98.**



afinal, do que mais ela nos fala senão do poder? Para que se desejaria a posse de uma Propriedade Intelectual senão para estabelecer através dela relações de poder e vantagens na guerra que se trava entre os indivíduos em uma sociedade? Pela busca de riquezas e os objetivos econômicos, poderiam dizer. Más deve-se questionar se seriam realmente pelos objetivos financeiros, ou se não seriam ao invés pelas garantias que deter uma Propriedade Intelectual fornece e propicia aos objetivos financeiros. Ela em si, não fornece as riquezas: é necessário que ela seja explorada economicamente. No entanto, ela fornece o poder para isto. Detê-la posiciona seu detentor em uma situação estratégica em relação aos demais, garante a ele melhores posicionamentos em relação às posições alheias, fornece a seus detentores uma localização nos dispositivos estratégicos de controle. Ela é, portanto, um dispositivo para tecer relações de poder, visto que neste novo contexto de que tratamos (onde as relações de poder permeiam todas as atividades desde a própria identidade), todas as relações podem ser consideradas relações de poder. “Declarou-se assim o fim da ingenuidade do indivíduo que segregava o trabalho da atividade política: o trabalho é em si um ato político. Estar neste espaço é tecer relações, estar disposto a se inserir no meio de tensões e disputas, aderir um posicionamento, demarcar sua força enquanto indivíduo.”<sup>13</sup> A Propriedade Intelectual é um objeto de disputa. Localizou-se desta maneira um dispositivo estratégico às relações de poder em uma sociedade pós-industrial e cultura pós-moderna. Através de dispositivos como este, os indivíduos deixaram de ser extensões insignificantes e mera reprodução dos agenciamentos de um núcleo central. No diagrama da mecânica da comunicação, já não é mais possível isolar claramente onde estão os Emissores e onde estão os Receptores. Os Meios de Comunicação não conseguem mais representar apenas os interesses de uma classe dominadora.

Até o ponto em questão, as teorias provenientes dos Estudos Culturais nos são suficientes para explicar o processo de comunicação. Já é possível perceber que ao descentrar a questão do poder do Emissor, passou a ser possível vislumbrar uma imensa rede de poderes que se formou em seu entorno, e que lhe tomou o trono como fonte imanente e feixe inequívoco do poder. Mesmo assim, havendo se iniciado um diálogo entre a Propriedade Intelectual e os estudos de recepção, ainda permanecemos aos sussurros. Por mais brutal que tenha sido o avanço percorrido desde as primeiras teorias fundadoras aos Estudos Culturais, seu percurso é ainda tímido enquanto vinculado a uma lógica da dominação. É como se ainda olhássemos as estrelas acreditando a Terra como seu centro.

A Propriedade Intelectual é uma forma de representação do poder-saber. É portanto necessário que se ponha em exame as relações vinculadas por este poder-saber e que se verifique a comunicação sob esta nova ótica: o que a põe em xeque novamente!

Em Foucault encontramos a investigação mais meticulosa a respeito do poder-saber: “Seria talvez preciso renunciar a crer que o poder enlouquece e que em compensação a renúncia ao poder é uma das condições para que se possa tornar-se sábio. Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. [...] Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredoio ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento”<sup>14</sup>. Este poder não funciona como uma fonte de dominação que castra e submete os indivíduos: é pelo

(12) Nietzsche, Friedrich; *Além do bem e do mal - Prelúdio para uma filosofia do futuro*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. Pg. 66.

(13) Ranoya, Guilherme; *O indivíduo perante a organização: os laços da propriedade intelectual*. Monografia Festcorp. São Paulo, ECA - USP, 2003. Pg. 53.

contrário, algo positivo. Não é o poder que interdita e reprime, mas sim um poder que produz formas de ser, e mesmo conhecimento. Sem esta concepção do funcionamento do poder, nutridos apenas de uma “hipótese repressiva”<sup>15</sup>, jamais poderíamos demonstrar o quão abrangente é a vinculação da Propriedade Intelectual, o poder e os processos de comunicação. Se considerarmos que as mensagens, narrativas e bens imateriais veiculados pelos Meios de Comunicação não estão atrelados a uma fonte única de poder, mas a uma pluralidade de poderes em conflito entre si, possíveis apenas dentro de uma cultura formada coletivamente - submetida também a conflitos e transformações constantes - veremos que os Meios de Comunicação são, no fundo, a expressão dos próprios Receptores em sua guerra por elevar ou abafar discursos, configurar dispositivos para tecerem relações de poder capilares e se colocarem em posições mais favoráveis no jogo social. Os sentidos atribuídos às mensagens por grupos de receptores estão relacionados à maneira com que podem se ligar mutuamente para obter certa economia nesta guerra, atingindo seus objetivos individuais. A Propriedade Intelectual, enquanto insumo imaterial, representa justamente um destes dispositivos. Um articulista renomado de um jornal, um produtor ovacionado de uma rede de televisão representam e exprimem os valores e sentidos de pequenos grupos - não necessariamente de um centro - em sua tentativa de projetarem e interferirem sobre discursos vigentes; a ligação junto a outros pequenos grupos - que não necessariamente aceitam estes sentidos integralmente - se dá por certa economia destes em causar suas próprias interferências sobre os discursos vigentes.

O poder está associado à subjetividade. Mesmo isto sendo reconhecido, as teorias em voga sempre fizeram questão de separá-los como campos distintos: “Como são constituídos os sujeitos em relação aos distintos discursos? Qual o papel dos

processos inconscientes na criação desses posicionamentos? Este é o objeto da teoria do discurso e da psicanálise de influência lingüística. Pode-se inquirir sobre as condições de enunciação em uma formação discursiva particular. Esta é a problemática de Foucault. Ou pode-se investigar ainda os processos inconscientes pelos quais os próprios sujeitos e a subjetividade são constituídos. Esta é a problemática de Lacan. [...] Os dois lados da difícil questão da ideologia são fraturados [...] a questão da reprodução foi atribuída ao pólo (masculino) marxista, enquanto a questão da subjetividade, ao pólo (feminista) da psicanálise. Desde então, nunca mais se encontraram. Este último pólo é constituído e compreendido como uma questão ‘interna’ das pessoas, que ‘diz respeito’ à psicanálise, à subjetividade e à sexualidade.”<sup>16</sup>. Sem reatá-los, a questão da comunicação permanecerá caminhando com apenas uma de suas pernas. O foro ‘interno’ das pessoas interfere diretamente sobre a questão do poder (e esta é uma das problemáticas de Foucault) e da Propriedade Intelectual, e sem a junção dos pólos femininos e masculinos da ideologia, não há como compreendê-la plenamente. A investigação de Foucault é em suma de como os processos de sujeição fabricam sujeitos - e aqui está a chave para o estudo do poder que propomos na comunicação - um poder que funciona no nível indivíduo-indivíduo, capilar: uma microfísica do poder<sup>17</sup>.

Segundo Martin-Barbero, existe uma grande confusão entre os sentidos que ganham as mensagens e a mecânica da comunicação: “é o modelo em que comunicar é fazer chegar uma informação, um significado já pronto, já construído, de um pólo a outro. Nele a recepção é um ponto de chegada daquilo que já está concluído. [...] Estariamos confundindo, permanentemente, a significação da mensagem com o sentido do processo e o das práticas de comunicação como também reduzindo o sentido destas práticas na vida das pessoas ao significado que

**(14) Foucault, Michel; Vigiar e Punir; Petrópolis: Vozes, 1987. Pg. 73.**

**(15) Foucault, Michel; História da sexualidade volume I - a vontade de saber; Rio de Janeiro: Graal, 1988.**

**(16) Hall, Stuart; Da diáspora. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. Pg. 178.**

**(17) Foucault, Michel; Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 2002.**

veicula a mensagem<sup>18</sup>. Não há dúvida que devemos perceber sua divisão, mas é preciso compreender que não ocorrem de forma isolada. Da mesma maneira não podemos olhar a questão da comunicação dissociada das questões sociais. A significação, as identidades culturais, os sentidos socialmente incorporados nas “informações”, e todas as fronteiras intangíveis que criamos para contê-las de alguma maneira e mantê-las restritas (as Propriedades Intelectuais), são em última instância, relações que criamos para nos inserirmos no sistema social, e garantir alguma mobilidade em suas rédeas.

“Reclamar a posse da propriedade intelectual é reclamar a posse da própria identidade.”<sup>19</sup> A Propriedade Intelectual é, além de um dispositivo através do qual se constituem jogos de poder entre os indivíduos, uma confissão da verdade de si: é ela, idéias e invenções, os produtos de uma existência, que atestam, ou talvez ditem, a verdade da identidade de alguém. Deve-se ter em vista que o homem da sociedade pós-industrial é um produtor de subjetividade<sup>20</sup>. Sua existência não pode ser separada de uma invenção de si, e é através dela que ele tece suas relações e reconhecimentos - relações de poder, deve-se reconhecer, pois o pertencimento é parte dos jogos de poder quando os olhamos em seu nível capilar e estratégico. Ele não é uma violência, mas uma estratégia. Segundo Foucault, “o exercício do poder [...] é um modo de ação de alguns sobre outros. O que quer dizer, certamente, que não há algo como o ‘poder’ ou ‘do poder’ que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por ‘uns’ sobre os ‘outros’; o poder só existe em ato.”<sup>21</sup>, uma forma de ampliar o campo de ação de uns, atando o campo de ação de outros; “ele incita, induz, desvia, facilita ou toma mais difícil, amplia ou limita, toma mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto

eles agem ou são suscetíveis de agir”<sup>22</sup> ou mesmo “uma maneira para alguns de estruturar o campo de ação possível dos outros.”<sup>23</sup>

Esta concepção inverte toda aquela lógica de dominação na qual estão embasadas as teorias fundamentais de comunicação. A idéia de liberdade, que a orienta como sua dialética, é tão utópica como inverossímil: “Viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros. Uma sociedade ‘sem relações de poder’ só pode ser uma abstração.”<sup>24</sup> Não existe uma sociedade sem conflitos e tensões, portanto, nesta batalha não travamos um jogo de dominação, mas sim um jogo de existência; estratégias e táticas para a constituição de vantagens. A sujeição é condição inequívoca para fazer parte dele, e serve também como estratégia: “Os homens mais poderosos sempre se curvaram respeitosamente diante do santo, ante o enigma da sujeição de si mesmo e derradeira renúncia intencional: por que se curvavam eles? Nele pressentiam - como que por trás do ponto de interrogação de sua aparência frágil e mísera - a força superior que queria se testar com uma tal sujeição, a fortaleza de vontade na qual reconheciam e honravam a própria fortaleza e prazer em dominar: estavam honrando a si mesmos, ao honrar o santo. [...] Em suma, os poderosos do mundo aprendiam diante dele um novo medo, e pressentiam um novo poder, um inimigo estrangeiro, ainda não sujeitado - a ‘vontade de poder’ é que os obrigava a se deter frente ao santo. Eles tinham que interrogá-lo”<sup>25</sup> - seria este exemplo magnífico de Nietzsche um exemplo de dominação? Acreditamos que o que deve ser lido nele é justamente o jogo presente nas relações de poder - não uma dominação; não uma saturação de determinações absolutas diante de condutas, mas sim a economia do poder, os esforços em evitar seu desgaste frente ao adversário.

E nada escapa ao poder: quando se fala de contra-poder, ou se atribuem resistências como as antípodas ao

**(18) Martin-Barbeiro, Jesús. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, Mauro Wilton (org). Sujeito o lado oculto do receptor. Ed. Brasiliense, 1995. Pg.40**

**(19) Ranoya, Guilherme; O indivíduo perante a organização: os laços da propriedade intelectual. São Paulo: Universidade de São Paulo - Escola de Comunicação e Artes, 2003. Pg. 55.**

**(20) Guattari, Felix. "Da produção de subjetividades" in Imagem-máquina. São Paulo: Ed. 34,1993.**

**(21) Foucault, Michel; "O sujeito e o poder" in Michel Foucault: uma trajetória filosófica. São Paulo: Ed. Forense universitária, 1995. Pg. 242.**

**(22) Foucault, Michel; "O sujeito e o poder" in Michel Foucault: uma trajetória filosófica. São Paulo: Ed. Forense universitária, 1995. Pg. 243.**

**(23) Foucault, Michel; "O sujeito e o poder" in Michel Foucault: uma trajetória filosófica. São Paulo: Ed. Forense universitária, 1995. Pg. 245.**

poder, verificar-se-á que são constituídos ambos da mesma substância a que constitui este poder que difamam: são o poder da mesma maneira, colocados em função de outros, sem qualquer distinção. Reforço e resistência, são ambos produtos dos confrontos interiores à uma sociedade, são portanto aqui produzidos, são deste mundo e não alheios a ele (como que o invadissem e dominassem). Não há poder que anule ou que reprima, mas poder que transforme ou deforme. Logo, a comunicação, os bens imateriais, os signos, os discursos, e tantos outros instrumentos e dispositivos, todos são peças usadas nas relações de poder.

É necessário abandonar toda uma tradição que coloca a questão da comunicação entre Dominados e Dominantes, Emissores e Receptores. É vital observá-la em seus processos microscópicos, capilares, dispersos e pulverizados. É somente desta maneira que podemos perceber o papel da Propriedade Intelectual e de outros dispositivos, na forma que mediam relações entre os atores sociais.

A questão do poder-saber e, por conseguinte, a questão da Propriedade Intelectual, quando tratadas no campo da comunicação, põem em xeque a própria forma como que se pensa a comunicação atualmente. Ela exige que se renuncie a tratá-la em termos de dominação/ideologia, por uma noção bem mais crua de verdade/poder. “O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder. [...] A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. [...] Há

um combate ‘pela verdade’ ou, ao menos, ‘em tomo da verdade’ - entendendo-se, mais uma vez que por verdade não quero dizer ‘o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar’, mas o ‘conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder’; entendendo-se também que não se trata de um combate ‘em favor’ da verdade, mas em tomo do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha.”<sup>26</sup> Desmontar o velho diagrama da comunicação e abolir a separação entre Emissor e Receptor é um processo necessário para se pensar a comunicação hoje; observar a comunicação não apenas como uma relação descendente, mas em seus fluxos ascendentes nos permite um novo prisma para compreendê-la. Observá-la como uma luta sempre presente, tanto no seu pólo masculino (questões sociais) quanto a seu pólo feminino (subjetividades) é crítico para decifrar o que realmente está em jogo.

A Propriedade Intelectual infere sobre a busca de uma identidade própria. Através dela é possível se inserir nos jogos de poder e traçar estratégias para tal enfrentamento. Desta forma, não há como olhar para o Emissor e defini-lo como algo diferente do próprio Receptor. É um embate de todos contra todos, em estado desmaterializado e imediato, onde os discursos e aquilo que neles podem ser dobrados ou alterados - através do que entra neles por seu tráfego em nossa cultura, por aquilo que neles é captado como alvo de um interesse estratégico, ou mesmo daquilo que é elevado ou rejeitado como de valor - ganham novos significados e sentidos nas trocas sociais e nos processos de resistência, e formam novos apoios para o conflito sempre presente. A dinâmica do poder os transforma. Os movimentos de resistência e de controle se desmontam e remontam de forma a atuar incessantemente neste embate. E com isso, produzimos as transformações e os saberes dos quais fazemos uso.

**(24) Foucault, Michel; "O sujeito e o poder" in Michel Foucault: uma trajetória filosófica. São Paulo: Ed. Forense universitária, 1995. Pg. 246.**

**(25) Nietzsche, Friedrich; Além do bem e do mal - Prelúdio para uma filosofia do futuro. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. Pg. 56.**

**(26) Foucault, Michel; Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Graal. 2002. Pg. 12.**

Como abandonar um referencial tão bem solidificado por um caminho tão incerto e tão arredo? Como pensar a questão da comunicação em substrato tão espinhoso? “Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos.”<sup>27</sup>

### Bibliografia do Artigo

DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. São Paulo: Ed. Forense universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. “O sujeito e o poder” in Michel Foucault: uma trajetória filosófica. São Paulo: Ed. Forense universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

GUATTARI, Felix. “Da produção de subjetividades” in Imagem-máquina. São Paulo: Ed. 34, 1993.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 1999.

\_\_\_\_\_. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. “América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social” in SOUSA, Mauro Wilton (org). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do bem e do mal - prelúdio a uma filosofia do futuro**. São Paulo: Cia das letras, 1992.

PARENTE, André (org.). **Imagem máquina**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

(27) Foucault, Michel; *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal. 2002. Pg. 7.

RANOYA, Guilherme. **O indivíduo perante a organização: os laços da propriedade intelectual**. Monografia. São Paulo, ECA - USP, 2003.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal estar na modernidade**. São Paulo: Cia. das letras, 1993.

SOUSA, Mauro Wilton (org.); **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

WILLIANS, Raymmond. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1969.